



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

MENSAGEM lida perante a Assembléia
Nacional Constituinte, no ato da sua ins-
talação, em 15 de novembro de 1933

Comparecendo á solene instalação da Assembléia Nacional Constituinte e em presença dos legítimos representantes do povo brasileiro, aproveito tão excepcional oportunidade para dirigir-me á Nação e prestar-lhe contas dos meus atos, como Chefe do Governo Provisorio, instituido pela revolução triunfante em outubro de 1930.

Convocados para dar ao país novas instituições, tereis bem avaliado a soma de responsabilidades impostas pela magna tarefa que vos cabe realizar. Para levá-la a bom termo, contaís certamente com abundantes reservas de patriotismo e auscultareis, atentos, as exigencias do momento nacional, sem esquecer as lições da nossa experiencia politica.

A alta significação do acontecimento de que participais ressalta, de modo evidente, ao lembrarmos ser esta, no decurso de mais de um seculo, a terceira Constituinte chamada a assentar os fundamentos legais para a vida e o Governo da Nação Brasileira.

O exame do nosso passado politico, feito com serena imparcialidade, oferece ensinamentos preciosos que não devemos desprezar.

A LIÇÃO DO PASSADO

Os povos, como os individuos, jamais conseguem realizar integralmente as suas aspirações. Na ansia por atingir o melhor e o mais perfeito, consagram-se a experiencias em que o ideal só é alcançado aproximativamente, através de lutas repetidas e ingentes.

Estudando o processo da formação politica do Brasil, duas tendencias se apresentam, persistentes e definidas, emergindo da época colonial para as pugnas emancipadoras: a federação e o governo representativo.

As condições em que se iniciou e desenvolveu a nossa colonização esboçaram desde logo essas tendencias. Num vastissimo territorio de litoral tambem vastissimo, disseminaram-se nucleos de povoadores, quasi isolados entre si e da metropole. Para se organizarem e desenvolverem, num meio desconhecido e hostil, precisavam prover as proprias necessidades de economia e defesa. Esses nucleos evoluíram espontaneamente para a autonomia e acabaram criando para si um governo de certo modo original, cuja fórmula definida e precisa vamos encontrar no funcionamento das camaras municipais, que administravam, ditavam leis, proviam a justiça e chegaram, com o tempo, a entender-se umas com as outras e, ás vezes, diretamente com a metropole, sobre assuntos de interêsse publico local ou da colonia.

Não admira, portanto, que, proclamada a In-

dependencia, consolidando uma situação de fato, viessem refletir-se no seio da nossa primeira Constituinte anseios declarados e persistentes pela implantação de um governo de fôrma democratica e federativa.

O ato politico da nossa emancipação colocou, por fatalidade historica, nas mãos de um principe estrangeiro, os destinos do Brasil, operando-se uma especie de enxertia dinastica, cujos interêsses haviam, fatalmente, de colidir com as aspirações nativistas, já orientadas no sentido liberal e de franca descentralização.

O conflito verificou-se logo de inicio, quando a Constituinte delineou, dentro daquela orientação, a estrutura institucional do país. Dissolvida intempestiva e violentamente num ato de inequivoca reação ás suas tendencias, a constituição outorgada impôs a fôrma unitaria e retirou da Camara, pela criação do Poder Moderador, o controle do Governo, enfeixando-o nas mãos do Imperador.

Estava aberto o dissidio, cujo desfecho foi o movimento reivindicador de 7 de abril de 1831, verdadeiramente admiravel como demonstração da vitalidade de uma consciencia nacional e que deveria ter produzido, com a abdicação, todas as consequencias políticas que a Independencia frustrara.

Estabelecida a Regencia, reacenderam-se as agitações em prol do ideal federativo, refletindo a crise da formação politica do país. O Ato Adicional, que modificou o regime unitario da Constituição de

1824, não foi mais do que uma concessão ao federalismo, criando as Assembléias e aumentando as atribuições dos presidentes das provincias, extinguindo o Conselho de Estado e retirando da Regencia a faculdade de dissolver a Camara.

Dentro da logica dos acontecimentos e de acôrdo com o nosso passado historico, o movimento de 7 de abril, com antecedentes claramente orientados, deveria ter realizado, no minimo de efeito, o imperio federativo; o Ato Adicional condescendeu, apenas, com os pendores de descentralização, burlando-os com disposições contemporizadoras. Sob o aspecto politico, pôde ele ser considerado, por isso, como um segundo desvio do movimento emancipador, que nos teria dado a Republica, se não ocorresse a transplantação da dinastia bragantina, com a qual fizemos a Independencia.

As lutas desencadeadas durante o periodo regencial não tiveram o carater generalizado de simples motins; contráriamente, além de revelarem espirito civico vigilante e combativo, traduziram, quasi todas, o impulso de um movimento de idéias, expressando aspirações populares, que não haviam conseguido enquadrar-se na organização politica dada ao país.

Com a sua formação eletiva e temporaria, a Regencia, tão agitada e discutida nos seus atos, mais se aproximava de um Governo de molde republicano, que propriamente monarquico. Explica-se, assim, em grande parte, a crise da sua estabilidade: contra

ela investiam, mais do que as correntes extremistas em rebelião, para assimilá-la, os interesses da dinastia incipiente, procurando empolgá-la para manter e garantir o estado de coisas, criado em 1822. O golpe da maioria, antecipada, caracterizando um expediente político, foi a solução encontrada para evitar o prolongamento do dissídio que, ameaçando em primeiro plano o regime monárquico, parecia capaz de quebrar a unidade nacional.

Vista á distancia e apesar da mediania das realizações, a década regencial constitue admiravel afirmação de vitalidade civica, marcando distintamente uma época da historia politica do Brasil.

E' corrente afirmar-se que a consolidação das instituições monárquicas, resultante da Maioridade, obstou o desmembramento da nação e o advento do "caudilhismo". Evidentemente, a vitoria do Centro e, portanto, do poder monárquico, muito concorreu para manter e fortalecer a unidade nacional. Contudo, não é de rigorosa logica concluir que, generalizado e triunfante algum dos movimentos de carater regional e de tendencias federalistas e até republicanas, fosse o país, inevitavelmente, arrastado, como consequencia imperiosa, á desagregação. Tornados nacionais e unanimes, poderiam garantir da mesma maneira a integridade da Patria, sacrificando, embora, a continuidade do Imperio.

Saindo da maioria, vencida a revolução liberal de 1842, encerrado o decenio farroupilha e sufocada a insurreição praieira, o Imperio estabili-

zou-se num longo periodo de apaziguamento interior e de prestígio internacional.

Esse periodo foi absorvido pela experiencia do regime parlamentar, que nunca se praticou realmente, pela falta de uma opinião publica organizada e preponderante, capaz de exercer a representação com consciencia e vontade livre. Supria-a artificialmente a interferencia do Poder Moderador nas mãos do Imperante, provocando as crises politicas a seu alvedrio, a quédá dos ministerios e, consequentemente, a substituição dos partidos no poder.

O progresso da nação, nesses cincoenta anos de tranquillidade, não foi fruto exclusivo do regime, como procuraram fazer crer alguns historiadores do tempo. Avançamos no terreno das realizações materiais, porque as forças criadoras da nação nos impeliam para a frente, e por ser condição de vitalidade inerente aos povos jovens, ricos em recursos naturais inexplorados, progredir, ainda quando mal governados ou dirigidos.

Enquanto a vida politica do país se ajustava, desajeitadamente, a um modelo copiado, marchando e contramarchando ao ritmo do rotativismo ficticio dos partidos desavindos em torno da corôa, continuaram a agitar-se subterraneamente as aspirações recalçadas da nacionalidade. A ação pessoal do Imperador, temperamento patriarcal e comedido no uso do poder, influenciou, sobremaneira, no prolongamento do regime, subtraindo-o aos choques violentos com a opinião e condicio-

nando-lhe a duração á da existencia do Imperante. A decadencia das instituições monarquicas era tão evidente, nos ultimos anos, que generalizara a convicção de que não sobreviveriam á pessoa do monarca, impossibilitando, natural e fatalmente, o advento do terceiro reinado.

Apesar de meio seculo de paz interna e das adaptações politicas experimentadas, o país não recebera ainda uma organização completa e eficiente, capaz de dar rumo definitivo e propicio á expansão das energias nacionais. A administração publica desenvolvia-se no sentido burocratico, baseada no processo simplista de arrecadar para gastar, por vezes, improdutivamente. A economia da nação, desenvolvida á margem da influencia do Estado, tinha com ele apenas o contacto da aparelhagem fiscal, mais ou menos absorvente, conforme as exigencias das suas finanças, quasi sempre deficitarias. Socialmente, não se cogitara de valorizar o homem, nem como entidade politica, nem como fator economico. Oferecíamos o espetaculo de uma minoria embebida de cultura humanista, fazendo politica á européia, vivendo reflexamente a vida dos grandes centros de civilização, em contraste com a massa ignorante das populações rurais e urbanas.

O problema da escravatura, encerrando o da organização do trabalho, fundamental para o nosso desenvolvimento economico, não teve a solução que mais convinha. Retardada, procrastinada, erigida em ponto nevrálgico da existencia do regime,

atuou até como fator de perturbação pela fôrma brusca e pelo ambiente de exaltação politica em que se operou a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.

A campanha abolicionista foi, indiscutivelmente, um dos nossos grandes movimentos de opinião. Empolgou totalmente o país numa solidariedade admiravel de todas as suas forças espirituais. Vitoriosa, os resultados surpreenderam, entretanto, aos seus proprios paladinos. Os centros produtores, principalmente os da exploração agricola, caíram em colapso, ante a desordem e o exodo das massas trabalhadoras, entregues repentinamente á inexperiencia da liberdade. Dominados pela idéia generosa, os pro-homens do abolicionismo não haviam cogitado sequer do que convinha e cumpria fazer dos escravos libertados.

Se o problema do trabalho escravo teve solução, ainda que defeituosa e tardia, o mesmo não aconteceu com o da educação popular, quasi completamente esquecida, até no seu aspecto mais elementar, o ensino primario. No projeto da Constituição de 1823, fôra ele encarado de frente e praticamente, estabelecendo-se a criação obrigatoria de aulas publicas nos termos, e liceus nas sedes de todas as comarcas. A Constituição outorgada eliminou, porém, essa sábia disposição, que, adotada e cumprida, teria, pelo menos, evitado os males do analfabetismo.

Em resumo, o Imperio encerrou a sua ativi-

dade, deixando insolúveis os dois maiores problemas nacionais: o da organização do trabalho livre e o da educação.

Por outro lado, a centralização imposta pelo regime, tanto no sentido político como no administrativo, agira sobre as províncias, refreando-lhes o desenvolvimento e criando uma espécie de heliotropismo que as retinha voltadas para a corôa, dependentes do seu arbitrio e dela tudo providencialmente esperando. Os efeitos de semelhante centralização atuavam como entorpecentes sobre as iniciativas e energias locais, presas á rotina e ao favor oficial.

Tal era, a largos traços, o panorama da situação do país em 1889. Para determinar-lhe os contornos com mais precisão, acentuemos ainda: aos abalos económicos produzidos pela Abolição applicaram-se remedios de emergencia, visando principalmente reanimar a exploração agrícola desorganizada; definiu-se a politica protecionista, destinada a estimular os primeiros surtos de industrialização, e que deveria, mais tarde, expandir-se até ao abuso; enveredou-se pelo caminho tentador do inflacionismo monetario com as suas abundancias ficticias, que, refletidas no campo dos negocios, geraram o espirito de aventura, de especulação e caça ao lucro facil, culminando, afinal, na derrocada do "encilhamento".

ADVENTO DO REGIME REPUBLICANO

Foi nesse ambiente de inquietude generalizada que a propaganda republicana começou a ganhar terreno, aproveitando-se dos efeitos perturbadores da abolição e recolhendo os desgastes dos partidos monarquicos deliquescentes. Não constituiria, ainda assim, o que se poderia chamar uma força de opinião organizada, com poder suficiente para atuar por si e provocar a queda do trono vacilante.

O ideal republicano tinha raízes profundas na vida politica do país. Definira-se em movimentos civicos memoraveis, embora fracassados, e, até certo ponto, compendiava as aspirações nacionalistas desatendidas desde a Independencia. Basta recordar a exortação de José Clemente no apelo feito ao principe D. Pedro para ficar no Brasil: “Vossa A. R. não ignora que o partido republicano aí está e fará por si a Independencia, se não a empolgarmos”.

A proclamação da Republica, apreciada rigorosamente como fato historico, foi, entretanto, uma antecipação dos acontecimentos, precipitada pelas questões militares. Tais circunstancias não lhe tiram, contudo, o carater de ato nitidamente revolucionario. Como tal, deveria importar numa mutação obrigatoria de valores e influir tambem no sentido de profundidade na vida politica do país, para não se transformar em mera substituição de normas teoricas de governo.

Precipitada pelos acontecimentos ou obra de uma minoria resoluta, como quer que seja, a revolução se fizera. A falta de uma corrente de opinião, fortemente organizada e dirigida por um núcleo de homens ideologicamente identificados, viria, porém, desvirtuar-lhe a finalidade. Acresce, ainda, que, vitoriosa sem luta, não provocou reação capaz de determinar uma indispensável seleção de valores, suscitando, ao contrário, o adesismo oportunista em grau tão absorvente que a quarta presidência da República já foi exercida por uma mentalidade formada na política monárquica.

O movimento de 1893, de feição reacionária, produziu-se três anos depois da proclamação, quando o conformismo adesista se consolidara, galgando posições. Ainda assim, verificou-se em torno do Governo constituído uma homogeneização de elementos moços e idealistas que, embora consagrados á resistência oferecida, não conseguiram predominar na direção da vida pública do país. Faltou-lhes a atuação de um mentor providencial, com visão de estadista e espírito agremiador, qualidades que não possuía o depositário legal do poder; grande figura histórica, pelo caráter e energia inflexível, mas que, acima de tudo, soldado e chefe militar, sómente desejava ser, consolidando as instituições, garantia da ordem e do prestígio da autoridade, cuja suprema magistratura lhe cumpria manter e fazer respeitada.

Esses e outros fatores influíram para o desvirtuamento do regime republicano, constituído sobre

ruínas precoces, esboços abandonados e interrompidos do passado.

Muitos problemas pertinentes á organização nacional, que se impunham pela mudança radical da fôrma de governo, ficaram intactos ou foram resolvidos de modo incompleto. Administrativa e financeiramente, reatámos a tradição do Imperio. A nova distribuição de rendas, resultante da descentralização, foi pessima, refletindo-se desastrosamente na vida dos Estados, para deixar uns na opulencia e outros na miseria. Proveiu daí, em parte, o estabelecimento das oligarquias locais, tornadas endemias e voltadas para o centro, como no tempo da monarquia, e dele pedindo ordens e mendigando favores.

Criou-se, mercê desse estado de coisas, uma especie de casta governamental, instalada no poder, com o privilegio de aproveitar e distribuir os seus proventos.

Os orçamentos, de pura estimativa, transformaram-se numa liquidação final de ajustes, estourando á pressão das despesas não catalogadas e dos creditos extraordinarios. Adotou-se, como norma regular de administração, o expediente de passar de um exercicio para outro avultados *deficits* e de contrair empréstimos para solvê-los, enfraquecendo o credito do país, sobrecarregando de onus as gerações futuras e agravando, contra nós, o desequilibrio da balança de pagamentos no intercambio internacional.

Com a absorvente predominancia do Executivo sobre os demais poderes, falseou-se o equilibrio inerente á estrutura do regime. O Congresso era produto de um processo eleitoral profundamente viciado, e os seus membros, com raras exceções, não representavam a opinião nacional, mas a vontade dos oligarcas, todos criados pela mesma maquina de puro artificio, montada pela fraude, e coligados na defesa de uma politica de favoritismos pessoais que se exercia, ás vezes, escusamente e sempre á revelia dos interêsses nacionais.

Fechado num circulo de vantagens restritas que se confundiam com as da pequena minoria instalada nas posições governamentais, o poder publico tornou-se, aos poucos, alheio e impermeavel ás exigencias sociais e economicas da Nação. Adveiu-lhe, em consequencia, uma situação de desprestigio e de isolamento. Espessa atmosfera de indiferença separava da politica profissional as forças vivas do país.

Renovara-se, afinal, o dissidio classico entre as aspirações vitais da nacionalidade e a organização do Estado, aberto desde a Independencia, e que poderia ter encontrado solução no advento da Republica.

A reação tinha de vir, inevitavelmente. Foram-lhe primeiras manifestações as revoltas de 22 e 24. Daí por diante, o mal-estar e a hostilidade do país a semelhante estado de coisas revelaram-se crescentes e indisfarçaveis. A ultima sucessão pre-

sidencial, trazendo o desentendimento entre as classes governamentais, já foi reflexo desse descontentamento generalizado. A luta eleitoral, ao deturpar mais uma vez a vontade soberana do povo, deu-lhe pretexto para reagir pelas armas, porque, nas consciências e nos animos, a revolução estava feita. Explica-se, assim, que o movimento de outubro de 1930 perdesse o caráter de simples pronunciamento partidário para desencadear-se como força de ação social, assumindo o aspecto de verdadeira insurreição nacional e impondo, conseqüentemente, conquistas amplas e profundas no terreno econômico e político.

REVOLUÇÃO DE 1930

O movimento revolucionário de 1930, pela sua amplitude e profundidade, não teve similar em nossa história política. Não há exagero em afirmar-se que a Nação se mobilizou de Norte a Sul, levantando em armas legiões de combatentes dispostos a intervir entusiástica e ardorosamente na luta. As forças armadas, reproduzindo atitudes tradicionais, em momentos de crise semelhante, colocaram-se, patrioticamente, ao lado do povo, solidárias com a causa nacional. A vitória deu ao país uma sensação de alívio e desafogo. Na realidade, ele se libertara pelo próprio esforço, anulando a pressão da atmosfera de insinceridade e ludíbrio que lhe entorpecia os movimentos e lhe asfixiava as aspirações.

O Governo instituido pela revolução, apesar de instaurado pela força, banuiu da sua atuação a prepotencia e o arbitrio. O seu primeiro ato foi uma espontanea limitação de poderes e a obra de reconstrução, a que se consagrara, realizou-a, respeitando as normas juridicas estabelecidas e sem agravos a direitos legitimamente adquiridos. Governo nascido do choque brusco das velhas tendencias libertadoras da nacionalidade com o egoismo da grei organizada durante decenios para dominar o país, cabia-lhe, antes de tudo, destruir um estado de coisas inveterado, conjunto de habitos e interêsses contrários á sua finalidade. Era natural que os donatarios da situação derrocada procurassem reagir pela passividade e falsa compreensão das idéias em marcha contra o predominio avassalador da revolução. O benigno tratamento dispensado aos principais responsaveis pelo descalabro nacional muito concorreu para isso. Afastados do país, usufruindo amplas garantias, deixaram dispersos pelo ambiente ainda conturbado os remanescentes da sua politica, os quais procuraram infiltrar-se e exercer derrotismo, por intermedio de elementos perturbadores, levados, alguns, mais por motivos pessoais que por divergencias de idéias, outros, por incompreensão do momento que atravessavamos, e quasi todos mais ou menos com pretensões a mentores do movimento que não lhes satisfizera a ambição e a vaidade.

A revolução não fôra obra de um partido, mas, sim, um movimento geral de opinião; não possuia,